

## ***Dulceça, dulçor, dulçura e dulcidom*: um estudo de caso de variantes derivacionais no português medieval**

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil)  
nardelli@ufmg.br

Em memória do

Prof. Dr. Heitor Megale

Recibido o 04/08/2009. Aceptado o 26/11/2009

***Dulceça, dulçor, dulçura and dulcidom*: a case study of derivational variants in Old Portuguese**

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre os substantivos derivados *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* nos testemunhos da tradução medieval portuguesa do *Livro de Isaac*, a fim de esclarecer as motivações para a existência dessas variantes derivacionais no texto em questão e, por extensão, no português. Este estudo foi realizado com base na análise de correspondência das formas em questão em seis testemunhos da tradição latino-românica do *Livro de Isaac* (dois em latim, dois em português, um em espanhol e um em catalão). Identificaram-se como principais possíveis motivações para sua presença na tradução portuguesa a fidelidade ao modelo no processo tradutório (ao modelo espanhol no caso de *dulçor* e ao latino no caso de *dulcidom*) e desejo de marcar diferença lingüística por parte de copista (no caso de *dulceça* e *dulçura*). Os dados apurados sugerem também que *dulceça*, *dulçor* e *dulçura* sejam empréstimos provenientes da língua espanhola e que *dulcidom* seja a continuação histórica de um derivado latino.

### **Palabras chave**

Morfologia, formação de palavras, léxico, empréstimo lingüístico, língua portuguesa, crítica textual, Idade Média

### **Sumario**

1. *Livro de Isaac*. 2. Variantes derivacionais. 3. *Dulceça, dulçor, dulçura e dulcidom*. 4. Conclusões.

### **Abstract**

This paper presents a study of the derivatives *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* and *dulcidom* as attested in the medieval Portuguese translation of the *Libro de Isaac*, in an attempt to explain the motivations for the occurrence of these derivatives in the text and, by extension, in the Portuguese language. The study was based on the analysis of correspondences of these forms in six manuscripts of the Latin and Romance tradition of the *Livro de Isaac* (two in Latin, two in Portuguese, one in Spanish and one in Catalan). Possible main motivations for their presence in the Portuguese translation are fidelity to a model in the translation process (to a Spanish model in the case of *dulçor* and a Latin one in the case of *dulcidom*) and the scribe's desire to register a linguistic distinction (in the case of *dulceça* and *dulçura*). The data also suggest that *dulceça*, *dulçor* and *dulçura* are borrowings from Spanish, whereas *dulcidom* is the historical continuation of a latin derivative.

### **Keywords**

Morphology, word formation, lexicon, linguistic borrowing, Portuguese language, textual criticism, Middle Ages

### **Contents**

1. *Livro de Isaac*. 2. Derivative variants. 3. *Dulceça, dulçor, dulçura and dulcidom*. 4. Conclusions.

Os leitores de textos medievais portugueses certamente já se habituaram ao contato com variantes de palavras derivadas por prefixação e/ou por sufixação. Uma vez que, na sua fase arcaica, a língua portuguesa ainda não contava com gramáticas e/ou dicionários normativos, essas variantes tinham um espaço privilegiado para emergirem. Para compreender melhor a história dessas variantes derivacionais, apresenta-se aqui um estudo<sup>1</sup> sobre os substantivos derivados *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* nos testemunhos da tradução medieval portuguesa do *Livro de Isaac*. Do ponto de vista metodológico, este estudo baseia-se na comparação entre os dados relativos aos referidos derivados presentes nas versões em latim, catalão, espanhol e português do *Livro de Isaac*, uma vez que a relação entre essas versões contribui para esclarecer as motivações da existência dos derivados em questão, a saber: a fidelidade ao modelo no processo tradutório e desejo de marcar diferença lingüística por parte de copista.

## 1. LIVRO DE ISAAC

Embora o objetivo do presente estudo seja analisar um caso específico de variantes derivacionais (*dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom*) presentes na tradução medieval portuguesa do *Livro de Isaac*, não é possível realizar este estudo sem relacionar essa tradução portuguesa com outras de sua tradição latino-românica, pois, como se demonstrará, é justamente seu pertencimento a essa complexa tradição que contribui para explicar a motivação das variantes derivacionais em estudo.

O *corpus* utilizado neste trabalho compõe-se de traduções da tradição latino-românica do *Livro de Isaac*. Essa obra consiste em um tratado ascético composto por Isaac de Nínive (séc. VII) originalmente em siríaco e depois traduzido para o grego, deste para o latim, e deste (direta ou indiretamente) para línguas românicas. Embora não haja ainda uma proposta completa e precisa de reconstituição histórica da tradição latino-românica do *Livro de Isaac*, Cambraia (2009: 72-97) propõe que o trajeto mais provável para as traduções iberorromânicas seja latim > catalão > espanhol > português. Trata-se, porém, de uma tradição bastante complexa, pois há duas traduções espanholas distintas (uma realizada provavelmente em fins do séc. XIV e preservada em impresso de 1497; e outra levada a cabo por volta de 1484 e preservada em cópia manuscrita dessa data e em impresso de 1489) e a tradição portuguesa inclui mais de um caso de contaminação com testemunhos provavelmente latinos. Segundo apurou Cambraia (2008b), sabe-se até o presente momento da existência de 65 testemunhos da tradução latina, 3 da catalã, 3 da espanhola e 4 da portuguesa. Neste estudo, porém, serão considerados os dados extraídos apenas de seis testemunhos<sup>2</sup>: dois latinos (*LB* e *LL*), um catalão (*CE*), um espanhol (*ES*) e dois portugueses (*PR* e *PL*). *LB* contém o texto latino mais próximo das traduções iberorromânicas; *LL* contém o texto latino com trechos específicos com correspondência apenas em testemunhos portugueses; *CE* é o testemunho catalão mais completo; *ES* contém o texto da tradução espanhola que terá dado origem à portuguesa (embora esta não tenha tido como modelo o testemunho espanhol em questão); *PR* e *PL* são os dois testemunhos portugueses mais completos. A relação genealógica entre a tradição espanhola e a portuguesa apurada mais detalhadamente por Cambraia (2009:95), a partir de Cambraia (2007a, 2007b), é a seguinte<sup>3</sup>:

<sup>1</sup> O autor do presente trabalho agradece aos dois pareceristas anônimos por suas críticas e contribuições, que permitiram o enriquecimento dos dados aqui apresentados.

<sup>2</sup> *LB* = impr., Barcelona, 1497, ff. 1r-151r [exemplar da Biblioteca da Universidade de Barcelona]; *LL* = cód. alc. 387, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1409, ff. 94v-115v; *CE* = cód. n.1.16, Real Biblioteca do Monastério, San Lorenzo de El Escorial, séc. XV, ff. [0r]-69r; *ES* = impr., Sevilha, 1497, ff. 127v-162v [exemplar da Biblioteca Colombina de Sevilha]; *PR* = cód. 50-2-15, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2ª met. do séc. XV, ff. 1r-114r; *PL* = cód. alc. 461, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2ª met. do séc. XV, ff. 14r-101v.

<sup>3</sup> *PE* = cód. CXII/1-40, Biblioteca Pública, Évora, fins do séc. XV, ff. 13r-20r; *PL* = cód. alc. 281, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2ª met. do séc. XV, ff. 1v-2v e 45r. Esses testemunhos possuem apenas excertos da tradução portuguesa e, por isso, não são considerados no presente estudo.

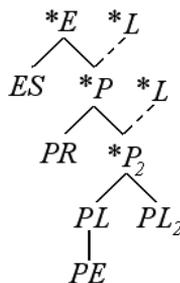


Figura 1. Estema

Parafraçando o estema apresentado, tem-se que: uma tradução espanhola do *Livro de Isaac* (\*E), provavelmente de fins do séc. XIV, deu origem ao testemunho espanhol impresso de 1497 (ES) e a uma tradução portuguesa (\*P), também provavelmente de fins do séc. XIV; essa tradução portuguesa foi realizada através de consulta também a um outro testemunho, provavelmente latino (\*L), e dela foram realizadas pelo menos duas cópias (PR e \*P<sub>2</sub>); a segunda cópia (\*P<sub>2</sub>) foi executada através de consulta também a outro testemunho, provavelmente latino (\*L), e dela foram realizadas também pelo menos duas novas cópias (PL e PL<sub>2</sub>), provavelmente no Mosteiro de Alcobaça na segunda metade do séc. XV; de um dos testemunhos de Alcobaça (PL) foi realizada uma cópia em forma de antologia (PE) em fins do séc. XV. Possivelmente um ou ambos os testemunhos latinos que serviram de segundo modelo (\*L) terá/terão sido o testemunho lavrado em Alcobaça em 1409 (LL).

Uma vez que a existência de contaminação na referida tradição é de grande importância para a discussão sobre as variantes derivacionais neste trabalho, convém apresentar as principais evidências para o postulado da existência de contaminação na tradição portuguesa. No caso da forma original da tradução portuguesa (\*P), a justificativa se baseia na existência de, pelo menos, três especificidades na tradição portuguesa: (a) divergências na divisão em capítulos da tradição portuguesa em relação à da tradução espanhola de ES (essas divergências da tradição portuguesa são compatíveis com as do testemunho latino LL); (b) redação particular do prólogo do texto português presente em PR e na sua versão latina em LL (mas não em ES); e (c) presença de um apêndice não-genuíno ao final do texto da tradição portuguesa, composto de frases extraídas de obras diversas<sup>4</sup>, apêndice este ausente de ES mas presente no testemunho latino LL. Já no caso do interposto \*P<sub>2</sub>, a justificativa de contaminação com testemunho latino se baseia na existência de diversas passagens ausentes ou distorcidas na tradução espanhola de ES e no testemunho português de PR, as quais aparecem reconstituídas ou corrigidas<sup>5</sup> com tradução portuguesa própria (distinta da do texto catalão, modelo direto da tradução espanhola e indireto da portuguesa).

## 2. VARIANTES DERIVACIONAIS

Em gramáticas tradicionais, a morfologia costuma receber um tratamento descritivo muito sucinto, consistindo na maioria das vezes na apresentação de unidades mínimas (radicais, prefixos, sufixos, etc.) e na indicação do seu significado geral. Como exemplo, pode-se citar o tratamento dado por Cunha / Cintra (1985: 95) aos sufixos formadores de substantivos a partir (estritamente) de adjetivos: após informarem que “os substantivos derivados, geralmente

<sup>4</sup> Trata-se de um conjunto de frases extraídas de três diferentes obras: *Epístolas*, de São Jerônimo; *Diálogos*, de São Gregório; e *Sentenças*; de Santo Isidoro.

<sup>5</sup> Um exemplo seria a correção de *ánsar* (ES)/*ánsara* (PR) [= “ganso”/ “gansa”] para a forma genuína *cam* (PL) [= “cão”] bem como do verbo *píca* (ES/PR) para o genuíno *lambe* (PL) —cf. Cambraia (2009:199).

nomes abstratos, indicam qualidade, propriedade, estado ou modo de ser”, listam dez sufixos (-dade, -(i)dão, -ez, -eza, -ia, -ice, ície, -or, -(i)tude, -ura), acompanhado cada um destes de dois exemplos de substantivos derivados que possuem o sufixo em questão. Há duas lacunas sérias no tratamento dado ao tema: primeiramente, não se especifica qual ou quais dos quatro valores semânticos citados cada sufixo expressaria; e em segundo lugar, nada se informa sobre a possibilidade de se poder agregar alternativamente a um mesmo substantivo diferentes sufixos da lista apresentada (gerando formas com significados diferentes ou com significado igual [caso este em que se poderia falar de *variantes derivacionais*]). Essa possibilidade de um mesmo adjetivo aceitar diferentes sufixos fica evidente a partir dos próprios exemplos oferecidos, uma vez que são apresentadas pelos autores formas como *alvor* e *alvura*. Consultando-se o verbete dessas formas em Houaiss (2001), verifica-se que a relação semântica entre elas é, na verdade, complexa: embora aparentemente cada uma delas tenha um significado primeiro próprio (*alvor* = “a primeira luz do amanhecer”; e *alvura* = “qualidade, estado ou condição do que é alvo”), indica-se no dicionário que a primeira forma seria sinônimo da segunda quando aquela é usada em sentido figurado, não havendo, porém, indicação de que o inverso seja possível. Como se vê, o tratamento dispensado aos referidos sufixos por Cunha / Cintra (1985) não é suficiente para dar conta de sua complexidade.

Em uma perspectiva menos tradicional como a do quadro teórico gerativo, há um deslocamento do foco da análise: a delimitação formal e a classificação dos morfemas perdem espaço para a investigação sobre a produtividade dos processos de formação de palavras (Basílio 1980). Dentre os méritos dessa nova abordagem, podem-se citar a atenção dada à especificação das condições que regulam a formação de palavras, ou seja, às suas *restrições* (Sandmann 1991:61-72) —fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas— e a proposição do conceito de *bloqueio* (Sandmann 1991:75-81), isto é, impedimento da formação de uma palavra em função da existência de uma outra que já expressaria o significado que a nova palavra veicularia (por exemplo, a formação de *\*caminhagem* seria bloqueada pela existência da forma *caminhada*). Mesmo essa nova abordagem se mostra insuficiente para dar conta da formação de palavras no português: embora a descrição dos processos tenha alcançado um grau de refinamento notável, não parece ainda capaz de explicar a opção por um dentre dois ou mais sufixos com valor semântico aparentemente igual —como exemplo de sufixos concorrentes no português (ou seja, com mesmo valor semântico), Rocha (1998:113) lista *-ista* × *-eiro*, *-dor* × *-nte*, *-mento* × *-ção*, dentre outros.

Como será demonstrado a seguir, os dados do português medieval colocam desafios mesmo para as abordagens menos tradicionais, pois a existência de variantes derivacionais (substantivos derivados pela anexação de morfemas diferentes mas possivelmente com mesmo significado) não só colocam em xeque o conceito de bloqueio como ainda relativizam a possibilidade de se delimitar, com base em aspectos estritamente estruturais, o domínio de cada um dos sufixos concorrentes.

### 3. *DULCEÇA, DULÇOR, DULÇURA E DULCIDOM*

Nos dois testemunhos com a tradução portuguesa do *Livro de Isaac* aqui considerados encontram-se conjuntamente quatro substantivos diferentes derivados do adjetivo que remonta etimologicamente ao latim *DULCE*: *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom*<sup>6</sup>. Antes de discutir a relação entre esses quatro itens lexicais especificamente na tradução portuguesa do *Livro de Isaac*, convém verificar as informações disponíveis sobre sua história.

Primeiramente é interessante salientar que o item lexical *dulceça* não está registrado em nenhuma obra lexicográfica consultada (Lorenzo 1968, Machado 1977, Cunha 2000, Houaiss

<sup>6</sup> Estes itens lexicais apresentam variantes formais que serão mencionadas apenas quando for pertinente. No quadro 1 (que será apresentado mais adiante) constam todas essas variantes.

2001) nem tampouco em bases eletrônicas de textos em língua portuguesa (Ferreira / Davies 2006) e/ou galega (González / Álvarez de la Granja / Boullón Agrelo 2006-2009, Varela Barreiro 2004-2009). Esta parece ser, portanto, a primeira vez que se registra sua talvez única ocorrência em língua portuguesa, que se dá no *Livro de Isaac* (mais especificamente, no testemunho *PL*, da 2ª met. do séc. XV).

O item lexical *dulçor* parece ser o segundo menos freqüente dos quatro em questão. Na base de dados de Ferreira / Davies (2006) aparece apenas 7 vezes: 3 na *Crônica da Ordem dos Frades Menores*, 1 nas *Vidas de Santos*, 2 no *Orto do Esposo* e 1 no *Boosco Deleitoso*. Lorenzo (1968:133, 1977:504) registra uma ocorrência desse item na tradução galega da *Crônica General* —também único registro presente na base de textos galegos de Varela Barreiro (2004-2009)— e assinala ainda a presença da variante *dolçor*<sup>7</sup> na *Crônica da Ordem dos Frades Menores*. Machado (1977:363) registra *dulçor* na obra *El-Rei Seleuco* de Camões e informa existir a variante *duçor*<sup>8</sup> no texto *Vidas e Feitos de Júlio César*. No que diz respeito à origem do vocábulo em questão, Machado (1977:362) e Houaiss (2001) consideram que *dulçor* deriva do espanhol *dulzor* e Lorenzo (1977:504) afirma que “es un castelhanismo derivado de *dulce*”, o que pode significar que considera (a) ser uma forma cujo castelhanismo estava na base (*dulce*) e não no seu processo de formação ou (b) que, como pensam Machado e Houaiss, a forma já teria sido tomada emprestada do espanhol como um substantivo composto formado (o castelhanismo é a forma como um todo). Do ponto de vista cronológico, a datação mais antiga para *dulçor* (e suas variantes formais) é séc. XIV (Houaiss 2001).

Dos quatro substantivos derivados em análise, o mais freqüente e longevo na língua portuguesa é *dulçura*. Na base de dados de Ferreira / Davies (2006), *dulçura* (e suas variantes) está presente 788 vezes<sup>9</sup>: 2 nas *Vidas de Santos* [1 como *dulçura* e 1 como *dolçura*], 1 em *Barlaam e Josephat*, 1 na *Corte Enperial*, 4 como *duçura* na *Vida de Sam Bernardo*, 23 no *Livro de Solilóquio* de Santo Agostinho, 1 na *Vida de Santo Eloy*, 1 como *doçura* no *Livro dos Ofícios* de Cícero, 2 na *Imitação de Cristo* [1 como *dulçura* e 1 como *doçura*], 1 como *doçura* na *Crônica de D. Fernando*, 1 como *duçura* na *Crônica de D. Duarte*, 29 no *Orto do Esposo*, 4 [3 como *dulçura* e 1 como *duçura*] no *Leal Conselheiro*, 1 como *duçura* no *Castelo Perigoso*, 2 como *doçura* na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, 6 [3 como *doçura* e 3 como *duçura*] na *Vita Christi*, 4 como *dolçura* no *Boosco Deleitoso*, 3 como *doçura* no *Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, 2 como *doçura* no *Evangelhos e Epistolas con suas Exposições em Romance*, 1 como *doçura* na *Historia do Japam*, 1 como *doçura* nas *Obras* de Camões, 2 como *doçura* no *Código Valentim Fernandes*, 1 no *Auto dos Apóstolos*, 1 como *doçura* na *Gramática da Língua Portuguesa* de Barros, 1 como *doçura* na *Rópica Pnema* de Barros, 4 como *doçura* nos *Diálogos* de Arrais, 4 como *doçura* no *Flos Sanctorum* de 1513, 6 como *doçura* nas obras de Gil Vicente, 6 como *duçura* no *Cancioneiro Geral* de André de Resende, 1 como *duçura* no *Livro de Marco Paulo*, 7 [5 como *doçura* e 2 como *duçura*] n’*O Espelho de Cristina*, e apenas como *doçura* do séc. XVII em diante (37 no séc. XVII, 75 no séc. XVIII, 327 no séc. XIX e 226 no séc. XX). No que diz respeito à origem do vocábulo em questão, Machado (1977:362) considera que *dulçura* tem possível fonte no castelhano *dulzura* (o estudioso coloca uma interrogação após sua proposta) mas Houaiss (2001) interpretada *dulçura* como fruto de combinação entre

<sup>7</sup> Tanto na base de Ferreira / Davies (2006) quanto na de Varela Barreiro (2004-2009) registra-se uma ocorrência da variante *dolçor*, mas nestas duas bases a forma aparece em uma mesma estrofe em provençal que faz parte de uma cantiga profana em que dialogam um interlocutor chamado *Arnaldo* —possivelmente o trovador Arnaut Pagues (Lapa 1970:630)— e o rei Afonso X.

<sup>8</sup> Embora nada se diga especificamente sobre a forma *duçor* nas obras que a mencionam (Lorenzo 1968, 1977; Machado 1977), sua ocorrência rara e aparentemente restrita à obra *Vidas e Feitos de Júlio César* sugere tratar-se de um galicismo [cf. *douçors no francês do séc. XIII* (ATILF 2002)], já que a referida obra é uma tradução quatrocentista portuguesa do texto francês *Li Fet des Romans* (Mira Mateus 1970).

<sup>9</sup> Em seções em espanhol presentes em obras de língua portuguesa que fazem parte da referida base, *dulçura* ocorre uma vez no conjunto das obras de Gil Vicente (no *Auto da Lusitânia*), 2 no *Cancioneiro Geral* de André de Resende, 1 nos *Discursos Vários Políticos* de Manuel Severim de Faria e 4 no *Antídoto da Língua Portuguesa* de José de Macedo (assinado por António Melo da Fonseca).

o radical erudito *dulç-* e o sufixo *-ura* e faz remissão à forma *doçura*, considerada resultante da associação do adjetivo *doce* e do sufixo *-ura*. Do ponto de vista cronológico, a datação mais antiga para *dulçura* (e suas variantes formais) é séc. XIV (Houaiss 2001).

O item lexical *dulcidom* parece ser o terceiro menos freqüente dos itens em discussão. Na base de dados de Ferreira / Davies (2006) *dulcidom* aparece apenas 29 vezes: 6 na *Crônica da Ordem dos Frades Menores* [1 de *dulçidoem* e 5 de *dulçidom*], 1 na *Crônica de D. Fernando de Fernão Lopes*, 3 em *Sam Bernardo*, 1 n'A *Vida de Santo Eloy*, 7 como *dulcidõe* no *Virgeu de Consolaçon*, 1 como *dulcidooe* no *Livro dos Ofícios* de Cícero, 1 como *dolcidoõe* na *Vita Christi*, 2 como *dulcidã* na *Oração da Empardeada*, 1 como *dulcidã* no *Flos Sanctorum*, 1 como *dulçidõe* no *Sacramental* e 5 nos *Evangelhos e Epistolas con suas Exposições en Romance*. Lorenzo (1968:133) registra uma ocorrência de cada uma das duas variantes presentes na tradução galega da *General Estória* (a saber, *dulçedũe* e *dulçedume*) e Varela Barreiro (2004-2009) registra quatro ocorrências apenas da primeira variante na sua base de textos galegos (todas na referida tradução galega da *General Estória*, 2 no singular e 2 no plural). Machado (1977:362) registra, para o séc. XIV, as formas *dulcidõe* (nos *Inéditos de Alcobaça*), *dulcidão* e *docidõe* (estas duas últimas, no *Livro de Falcoaria de Pero Menino*). No que diz respeito à origem do vocábulo em questão, Houaiss (2001) apresenta como fonte para *dulcidão* o vocábulo latino *DULCITUDO*<sup>10</sup> e Machado (1977:362) considera que é uma forma derivada da palavra latina *DULCITUDINE*, mas a variante *docidão*<sup>11</sup> é considerada por Houaiss (2001) como uma formação vernacular composta de *doc* + *i* + *dão*. Do ponto de vista cronológico, a datação mais antiga para *dulcidom* (e suas variantes formais) é séc. XIV (Houaiss 2001).

Tomando como referência os dados da base *Corpus do Português* (CP) de Ferreira / Davies (2006), é possível perceber a seguinte distribuição em termos de freqüência de substantivos derivados relacionados a *doce* aqui considerados ao longo dos séculos:

Item/Século	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
<i>dulceça</i>	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>dulçor</i>	1	6	0	0	0	0	0	7
<i>dulçura</i> <sup>12</sup>	3	85	35	37	75	327	226	788
<i>dulcidom</i> <sup>13</sup>	0	26	3	0	0	0	0	29
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>117</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>75</b>	<b>327</b>	<b>226</b>	<b>824</b>

**Tabela 1.** Número de ocorrências de substantivos derivados relacionados a *doce* no português no CP

É relevante perceber, primeiramente, que os dados da base não refletem todas as informações disponíveis até o momento sobre os itens em questão: não há registro de *dulceça* no séc. XV (o *Livro de Isaac* não faz parte da base), de *dulçor* no séc. XVI (Machado (1977) registrou-o em Camões) e de *dulcidom* no séc. XIV (Machado (1977) registrou-o em

<sup>10</sup> Não fica claro se Houaiss (2001) usa a forma *DULCITUDO* apenas como representação do paradigma da palavra ou se considera efetivamente que a forma portuguesa em questão tenha vindo do caso nominativo (hipótese improvável).

<sup>11</sup> É interessante salientar que na base de Ferreira / Davies (2006) não consta nenhuma ocorrência especificamente da variante *docidão*, sugerindo assim ser bastante rara.

<sup>12</sup> Variantes formais presentes na base do CP: *dulçura*, *dolçura*, *duçura* e *doçura*.

<sup>13</sup> Variantes formais presentes na base do CP: *dulcidõe*, *dulcidã*, *dulcidom*, *dulcidooe*, *dolcidoõe*, *dulcidam*, *dulçidom*, *dulçidõ*, *dulçidon*, *dulçidoem* e *dulçidõe*.

Pero Menino). Entretanto, os dados da base não deixam de dar informações pertinentes para a história dos derivados em análise: é possível ver como *dulçura* parece ter sido sempre o derivado predominante, embora *dulcidom* tenha se mostrado como concorrente relevante no séc. XV; além disso, verifica-se que *dulçor* teve uma presença modesta no português.

Além dos dados qualitativos das obras lexicográficas consultadas e dos dados quantitativos do *Corpus do Português*, também é pertinente para a presente discussão conhecer um pouco mais a fundo a história do adjetivo latino *DULCE-*, já que são exatamente as particularidades de sua evolução que tornam a reconstituição da história de seus derivados especialmente complexa.

Malkiel (1975: 24-45), em sua síntese sobre a polêmica evolução do adjetivo latino *DULCE-* para o espanhol e para o português, assinala que a forma espanhola *dulce*, frente a outras românicas (gal./port. *doce*, fr. mod. *doux/douce*, ital. tosc. *dolce*), parece um latinismo evidente em função de três características: presença de *-u-* em lugar de *-o-* (que é o resultado regular de evolução de um *-ū-* latino); presença de *-l-*, que normalmente cai antes de velar assibilada; e presença do *-e* em lugar de zero em posição final. Ademais, o estudioso chama a atenção para o fato de haver no espanhol medieval e dialetal formas (*duz, doz, duce, doce*, etc.) que se aproximam do que seria uma transmissão em linha reta por via oral e sem desvios do adjetivo latino. Seu resumo das propostas de explicação existentes até então permite verificar que oscilam entre: (a) exceção de um padrão geral de evolução, (b) subsistema de um de um padrão geral de evolução (levando ao postulado de formas intermediárias hipotéticas como *\*doice* ou *\*douce*), (c) cultismo ou (d) empréstimo (ultrapirenaico). A proposta de Malkiel (1975: 38-39) para as três citadas características da forma espanhola *dulce* é a seguinte: (a) *-o-* e *-u-* seriam, na verdade, representantes rivais do *-ū-* latino antes de certos encontros consonantais, havendo uma predileção popular por *-u-* no espanhol (cf. *dulce*) frente a *-o-* no português (cf. *doce*) e no catalão (cf. *dolç*); (b) o encontro *-lç-* teria sido restabelecido por uma corrente cultista; e (c) uma reação à apócope teria permitido aos falantes restaurarem a variante integralmente culta *dulce*, tomando como ponto de partida a forma antiga *duce*. Ao final, Malkiel (1975: 44) defende que a história do adjetivo em questão no espanhol antigo teve duas fases: na primeira fase, caracterizada pela fragmentação, atuaram conjuntamente como fatores de desenvolvimento espontâneo a evolução do *-ū-* latino antes de um encontro consonantal, a queda do *-l-* em final de sílaba e a apócope de *-e*, fatores aos quais se agregaram forças independentes, como o cultismo a e moda provençalizante (ainda que estas forças possam ter atuado de forma limitada); na segunda fase, caracterizada pela unificação, atuaram fatores vários, admitindo-se a hipótese de causas múltiplas, tais como a atuação contínua da pressão cultista, a ajuda eficaz de *-lç-* como encontro secundário, a inconstância da evolução de *-ls-*, *-ns-*, *-rs-* e outros em posição média e final, e a preferência por certas normas silábico-acentuais que impediam a aceitação de adjetivos monossilábicos como *duz* ou *doz* (tipo incomum no espanhol). Embora não tenha enfocado com detalhe os substantivos derivados correlatos que são objeto do presente estudo, Malkiel (1975) acaba por fornecer indiretamente alguns dados de interesse sobre as formas espanholas: considera *dulceza* como um empréstimo tardio “disfarçado” (p. 27) e indica ser um italianismo (p. 35); interpreta que *dulzor* poderia ser uma variante poética de origem ultrapirenaica a *dulzura* (p. 39), o que seria compatível com a base do conteúdo da cultura trovadoresca<sup>14</sup> e com o testemunho de certas

<sup>14</sup> Heinimann (1962:215-232), tendo analisado a presença de *DULCIS* e seus derivados na França dos séc. XII e XIII, concluiu que os usos atestados na literatura francesa e provençal da época decorrem de uma ampla gama de entrecruzamentos: expressão de conceitos espirituais e terrenos; influências eruditas e populares; tradição literária (remontando à Antiguidade latina) e linguagem do dia-a-dia. Dentre os grandes campos conceituais expressos por esse adjetivo e seus derivados, tais como amor, conduta social, descrição da natureza e outros, registrou o da religião, justamente o campo em que se insere *Livro de Isaac*. Especificamente quanto à presença de *-l-* em formas francesas relacionadas a *DULCIS*, Heinimann (1962:225), retomando Corominas, considera provável uma influência erudita (“gelehrten Einfluss”).

formas arcaicas listadas nos idiomas galorromânicos e da forma *dulçora*<sup>15</sup> registrada no espanhol (que seria uma tentativa malograda de conservar o gênero feminino do fr. *douceur*); e atesta a existência de nada menos que três substantivos derivados de *dulce* (p. 38) na tradução espanhola do *Barlán e Josaphá* (sécs. XIV-XV): *dulzura*, *dulzor* e *dulcedumbre*. Em seção específica sobre a forma portuguesa *doce*, Malkiel (1975: 39-43) repassa as propostas de estudiosos que se detiveram sobre o assunto e verifica que há três tipos de interpretações especificamente sobre o -L-: (a) teria simplesmente caído, (b) teria se semivocalizado intermediariamente em -i- (gerando \**doice*) ou (c) teria se semivocalizado intermediariamente em -u- (gerando \**douce*). Pela falta de verossimilhança das formas intermediárias hipotéticas, Malkiel (1975: 43) opta pela primeira proposta, compatível com o desenvolvimento do espanhol *duz/duce* < *DULCE*. Quanto aos substantivos derivados de *doce* em português, a única informação que aparece é sua dúvida sobre a proposta de Nascentes (1932: 254) de que *dulçor* é um castelhanismo, já que haveria uma preferência no espanhol por *dulzura* (Malkiel, 1975: 43).

Contrastando os dados apresentados acima, percebe-se que não há ainda um quadro bem definido e coerente para a história dos substantivos derivados *dulceça*, *dulçor*, *dulcidom* e *dulçura* no português.

Primeiramente, o desconhecimento da existência do item lexical *dulceça* em texto de língua portuguesa até o presente naturalmente não possibilitou que surgisse proposta para sua história. Como seu viu, porém, Malkiel (1975: 27 e 25) considera *dulceza* no espanhol como um empréstimo tardio “disfarçado”, mais especificamente, um italianismo, interpretação partilhada por Corominas / Pascual (1989:535)<sup>16</sup>: não seria improvável que a forma portuguesa também remontasse em última instância ao italiano. Uma questão fundamental é determinar se o item em questão teria sido um empréstimo para o português diretamente do italiano ou indiretamente através de outra língua, como o espanhol: o fato de haver -u- em lugar de -o- parece sugerir que não teria sido diretamente da forma italiana, em que há um -o-. Em segundo lugar, não está claro porque apenas *dulçor* é interpretada por Houaiss (2001) como empréstimo do espanhol, se *dulçura* também apresenta correspondente evidente no espanhol (Machado (1977), porém, avança de hipótese de que *dulçura* seja um castelhanismo): Corominas / Pascual (1989:535) registram ocorrência, no espanhol, de *dulzor* desde séc. XIII e *dulzura* desde o séc. XV. Em terceiro lugar, se Houaiss (2001) postulou que *dulçura* no português é formação própria com radical erudito (*dulç-*), por que não se propôs igual solução para a etimologia de *dulçor* e de *dulcidom*?

Ao que parece, o cerne da complicação na etimologia das formas portuguesas está na presença da seqüência -ul- em algumas delas: como o adjetivo latino *DULCE* deu origem ao adjetivo português *doce*, os substantivos derivados desse adjetivo em português deveriam apresentar como base *doç-/doc-* (como se vê nas formas modernas já citadas *doçura* e *docidão*) e não *dulç-/dulc-*. O recurso ao espanhol como explicação não constitui em si um exagero em função da sabida influência deste sobre a língua portuguesa ao longo de sua história (com períodos de maior ou menor intensidade): como no espanhol existe a forma *dulce* e, além disso, as formas *dulceza*, *dulzor* e *dulzura* foram atestadas em textos antigos dessa língua, não seria um disparate propor que três das formas portuguesas (*dulceça*, *dulçor* e *dulçura*) tenham sido adotadas como empréstimos do espanhol, tal como sugere a presença de -ul- em todas elas. Entretanto, a existência do item lexical *dulcidom* no período medieval torna a discussão mais complexa: como também ele apresenta a referida seqüência -ul-, poder-se-ia pensar novamente em empréstimo do espanhol, mas a grande diferença formal entre a forma portuguesa *dulcidom* e seu cognato espanhol *dulcedumbre* parece tornar pouco provável a hipótese de empréstimo do espanhol neste caso, exigindo uma explicação mais consistente.

<sup>15</sup> Atestada no *Libro de los Reyes de Oriente*, de cerca de 1230 (Keller 1890: 26). Malkiel (1975:28) rechaça a possibilidade de que esta forma seja um cruzamento entre *dulzor* e *dulçura*.

<sup>16</sup> Corominas / Pascual (1989:535) registram a ocorrência de *dulceza* no espanhol do séc. XV e aventam a hipótese de que a forma espanhola, atestada, p. ex., na obra *Cárcel de Amor* de Diego de San Pedro, seja empréstimo do italiano (cf. ital. *dolcezza*).

Como se viu acima, a história dos substantivos derivados em questão atestados na tradução medieval portuguesa do *Livro de Isaac —dulceça, dulçor, dulçura e dulcidom—* parece bastante complexa. Para tentar elucidar essa complexa história, convém analisá-los mais detidamente, contextualizando-os, sobretudo, na história do próprio texto em que ocorrem, a fim de obter dados mais palpáveis para sustentar uma nova interpretação.

No quadro a seguir apresentam-se todas as ocorrências dos quatro substantivos derivados em discussão nos dois testemunhos da tradução portuguesa do *Livro de Isaac* considerados aqui, bem como sua correspondência nos demais testemunhos da tradição dessa obra já mencionados<sup>17</sup> (entre colchetes indica-se a localização da forma nos testemunhos; os asteriscos indicam ausência por mutilação do testemunho):

Item	Ordem	LB	CE	ES	PR	PL	LL
I	16	- [96r8]	<i>dolçors</i> [43va6]	<i>dulçor</i> [151ra20]	<i>dulçor</i> [74r19]	<i>dulçor</i> [62av3]	- [108v2]
II	22	- [140r11]	<i>dolsor</i> [61vb2]	<i>du&lt;l&gt;çor</i> <sup>18</sup> [160vb41]	<i>dulcidõe</i> [105r10]	<i>dulcidom</i> [93r5]	- [114r31]
III	11	- [85r20]	- [28vb13]	<i>dulçor</i> [148va16]	<i>dulçor</i> [66r21]	- [64v27]	- [107r19]
IV	13	- [87v21]	- [40ra6]	<i>dulçor</i> [149ra21]	<i>dulçor</i> [68r4]	<i>dulçor</i> [66r22]	- [106v2]
V	14	- [92v10]	- [42ra10]	<i>dulçor</i> [150ra44]	<i>dulçor</i> [71v6]	<i>dulçor</i> [59av13]	- [108r6]
VI	19	- [99r6]	- [44va28]	<i>dulçor</i> [151vb8]	<i>dulçor</i> [76v1]	<i>dulçor</i> [64av16]	- [108v38]
VII	20	- [107r20]	- [48rb12]	<i>dulçor</i> [153vb43]	<i>dulçor</i> [82v22]	<i>dulçor</i> [71r13]	- [110r3]
VIII	25	- [140r18]	- [61vb10]	<i>dulçor</i> [161ra1]	<i>dulcidõe</i> [105r15]	<i>dulcidom</i> [93r9]	- [114r33]
IX	1	- [150r8]	- [0ra33]	- [tab.rb21]	<i>dulcidoom</i> [2r1]	*	<i>suavitatis</i> [95r32]
X	15	- [92v21]	- [42ra22]	- [150rb8]	<i>dulcidõ</i> [71v14]	<i>dulcidom</i> [59av20]	<i>suavitatis</i> [108r8]
XI	2	- [150v8]	- [0rb14]	- [tab.rb29]	<i>dulcidõ</i> [2r17]	*	<i>dulcedinem</i> [95r40]
XII	21	- [118v5]	- [53ra13]	- [156va1]	<i>dulcidõ</i> <sup>19</sup> [90v7]	<i>dulcidom</i> [79r5]	<i>dulcedinem</i> [111r36]
XIII	18	- [98v15]	<i>dolçor</i> [44va13]	- [151va40]	- [76r13]	<i>dulcidom</i> [64av5]	<i>dulcedinem</i> [108v35]
XIV	26	<i>dulcedinem</i> [140v9]	<i>dolsor</i> [61vb27]	- [161ra12]	- [105v1]	<i>dulcidom</i> [93r19]	<i>dulcedinem</i> [114r37]
XV	23	<i>dulcedine</i> [140r13]	<i>dolsor</i> [61vb4]	- [160vb43]	<i>dolcidõe</i> [105r12]	<i>dulcidom</i> [93r7]	<i>dulcedine</i> [114r31]
XVI	7	<i>dulcedine</i> [39v20]	<i>dolsor</i> [18rb21]	<i>dulçor</i> [137va3]	<i>dulçor</i> [32v20]	<i>dulçor / dulcidom</i> [35r13]	<i>dulcedine</i> [101v7]

<sup>17</sup> Os dados são apresentados segundo os padrões de correspondência entre os testemunhos para facilitar a discussão que se segue, mas sua ordem de ocorrência nos testemunhos é indicada na segunda coluna.

<sup>18</sup> O *l* está ausente nesta ocorrência.

<sup>19</sup> O *l* está sobrescrito nesta ocorrência no manuscrito.

<b>XVII</b>	8	<i>dulcedine</i> [45v20]	<i>dolsor</i> [21ra28]	<i>dulçor</i> [139ra12]	<i>dulçor</i> [37v7]	<i>dulcidom</i> [39v8]	<i>dulcedine</i> [102r38]
<b>XVIII</b>	10	<i>dulcedinis</i> [55v21]	<i>dolsor</i> [25va25]	<i>dulçor</i> [141vb6]	<i>dulçor</i> [45r12]	<i>dulcidom</i> [46r27]	<i>dilectionis</i> [103v32]
<b>XIX</b>	12	<i>dulcedine</i> [85v12]	<i>dolsor</i> [29ra4]	<i>dulçor</i> [148va24]	<i>dulçor</i> [66v4]	<i>dulcidom</i> [65r6]	<i>dulcedine</i> [107r23]
<b>XX</b>	17	<i>dulcedinis</i> [55v21]	<i>dolçor</i> [44vb29]	<i>dulçor</i> [151rb19]	<i>dulçor</i> [75r6]	<i>dulcidom</i> [63ar17]	<i>dulcedinis</i> [108v15]
<b>XXI</b>	27	<i>dulcedinem</i> [140v13]	<i>dolsor</i> [61vb31]	<i>dulçor</i> [161ra15]	<i>dulçor</i> [105v4]	<i>dulcidom</i> [93r23]	<i>dulcedinem</i> [114r38]
<b>XXII</b>	6	<i>dulcedo</i> [15v1]	<i>dolsor</i> [6va5]	<i>dulçor</i> [131ra8]	<i>dulcidõe</i> [14r3]	<i>dulçor</i> [20r8]	<i>dulcedo</i> [97v45]
<b>XXIII</b>	9	<i>dulcitudinem</i> [51v10]	<i>dolsor</i> [23vb15]	<i>dulçor</i> [140va18]	<i>dulcidõe</i> [41v22]	<i>dulcidom</i> [43v7]	<i>dulcedinem</i> [103r23]
<b>XXIV</b>	24	<i>dulcedo</i> [140r15]	<i>dolsor</i> [61vb6]	<i>dulçor</i> [160vb44]	<i>dulcidõe</i> [105r14]	<i>dulcidoen</i> [93r8]	<i>dulcedo</i> [114r32]
<b>XXV</b>	3	<i>dulcedinem</i> [11r14]	<i>dolsor</i> [4va18]	<i>dulçor</i> [129vb38]	<i>dulçura</i> [10v19]	<i>dulçor</i> [17r13]	<i>dulcedinem</i> [97r30]
<b>XXVI</b>	4	<i>dilectionem</i> [12r1]	<i>dolsor</i> [4vb31]	<i>dulçor</i> [130ra29]	<i>dulçura</i> [11v1]	<i>dulcidom</i> [17v15]	<i>dulcedinem</i> [97r40]
<b>XXVII</b>	5	<i>dulcedinem</i> [15r22]	<i>dolsor</i> [6va3]	<i>dulçor</i> [131ra7]	<i>dulceça</i> <sup>20</sup> [14r2]	<i>delecto</i> [20r7]	<i>dulcedinem</i> [97v45]

**Quadro 1.** Correspondências dos substantivos derivados

O quadro acima apresenta um conjunto bastante complexo de correspondências. As lacunas que se verificam devem-se a diversos fatores:

- (a) *Inovação introduzida na tradução catalã*: aceitando a proposta já citada aqui de que o trajeto mais provável para as traduções iberorromânicas seja latim > catalão > espanhol > português, a ausência de formas correspondentes no texto latino dos dois testemunhos examinados e sua presença em todos os textos românicos em questão (cf. itens I e II) sugerem tratar-se de inovação introduzida na tradição iberorromânica pelo tradutor do texto catalão e transmitida para as sucessivas traduções a partir desta.
- (b) *Inovação introduzida na tradução espanhola*: novamente tomando como referência o já citado trajeto para as traduções iberorromânicas, a ausência de formas correspondentes no texto latino dos dois testemunhos examinados e ainda no catalão e sua presença no texto espanhol e no português (cf. itens III<sup>21</sup> a VIII) sugerem tratar-se de inovação introduzida pelo tradutor do texto espanhol e transmitida para a tradução portuguesa, oriunda da espanhola.
- (c) *Inovação introduzida na tradução portuguesa por contaminação provavelmente com a tradição latina*: os dados de IX a XV exigem explicações bem mais complexas. Primei-

<sup>20</sup> O *l* parece estar sobrescrito nesta ocorrência no manuscrito.

<sup>21</sup> A ausência de forma correspondente em *PL* no item III decorre de uma intervenção de seu copista ou do copista de seu modelo (\**P*<sub>2</sub>), que terá modificado o sintagma em que ocorria a forma para torná-lo mais homogêneo semanticamente, criando uma *lectio faciliior* (Cambraia 2005): cf. “há sentido o *aar* e a *dulçor* do novo e maravilhoso segre” (*PR*) × “começa de cheyra<r> o *odor* e *aar* mui maravilhoso do outro mudo nouo” (*PL*). Vê-se que o copista de *PL* procurou homogeneizar um sintagma originalmente relacionado aos sentidos do olfato (*aar*) e do paladar (*dulçor*) em apenas do olfato (*odor/aar*).

ramente, deve-se esclarecer que a ausência de forma correspondente em IX e XI em *PL* decorre do fato de esse testemunho estar mutilado: faltam-lhe os 13 primeiros fólhos, nos quais provavelmente estaria a “tavoada” (o índice) do título dos capítulos (devidamente presente em *PR*). Entretanto, como os títulos em questão aparecem no corpo do texto (cf. dados dos itens X e XII), é possível inferir que as formas ausentes em IX e XI fossem as presentes em X e XII, ou seja, *dulcidom* em ambos os casos. Em segundo lugar, como faltam formas correspondentes em *LB*, *CE* e *ES* nos itens IX a XII, pode-se supor que nesses quatro pontos o testemunho latino utilizado para a tradução catalã seria lacunoso e não possuiria nenhuma forma (por isso não aparece na tradução catalã nem na espanhola) mas as formas pertinentes teriam sido introduzidas nesses quatro pontos na tradução portuguesa (derivada da espanhola) através de consulta a um segundo testemunho, provavelmente latino e próximo a *LL* (que possui formas pertinentes nesses pontos, a saber: *suavitatis* e *dulcedinem*), senão tiver sido ele próprio esse testemunho de contaminação. Em terceiro lugar, para os dados dos itens XIII e XIV, a explicação das lacunas parece estar na supressão da forma em questão por parte do tradutor espanhol (cf. *ES*), a qual foi reproduzida pelo tradutor português (cf. *PR*) mas corrigida por um dos copistas da tradição portuguesa (cf. *PL*) por consulta a um segundo testemunho (a contaminação). A ausência da forma correspondente no texto latino de *LB* no item XIII mas sua presença no latino de *LL* e no catalão sugerem tratar-se de uma falha de transmissão por parte do copista (no caso, impressor) de *LB*. Por fim, a ausência de forma correspondente apenas no texto espanhol no item XV mas sua presença nos demais permite duas explicações: (i) reflete um lapso já existente no primeiro testemunho espanhol, tendo sido, no entanto, introduzida nova forma no lugar em questão através da já comentada consulta a um segundo testemunho (a contaminação) pelo tradutor do texto português portuguesa (no caso, pelo autor de \**P*, já que tanto *PR* quanto *PL* apresentam forma no referido ponto); ou (ii) apenas o copista (no caso, impressor) do texto espanhol de *ES* teria cometido um lapso, que não passou adiante à tradição portuguesa porque esta não deriva do impresso em si mas de uma cópia em espanhol provavelmente manuscrita que terá servido de modelo tanto ao impresso quanto à tradução portuguesa.

Enfim, como se vê, a análise comparativa de uma tradição tão complexa como a em questão exige inevitavelmente a discussão dos complicados acidentes de diversas ordens que turbam a transmissão dos textos.

Passando agora propriamente à análise das formas em estudo e examinando primeiramente os dados dos testemunhos latinos considerados (*LB* e *LL*), percebe-se uma grande regularidade na adoção do item lexical latino *dulcedo*. Embora o Dicionário Oxford (Glare 1968:578-579) registre três substantivos derivados de *DULCIS* no latim — *DULCITAS* (*DULCIS* + *-TAS*), *DULCEDO* (*DULCIS* + *-EDO*) e *DULCITUDO* (*DULCIS* + *-TUDO*)—, o tradutor latino do *Livro de Isaac* terá optado exclusivamente por *dulcedo*. A presença de *dulcitudinem* no item XXIII e *dileccionem* no item XXVI em *LB* pode ser explicada como fruto de alteração por seu copista, pois em *LL* ocorre em ambos os casos *dulcedinem*; inversamente, a presença de *dilectionis* no item XVIII em *LL* seria alteração de seu copista, uma vez que em *LB* ocorre *dulcedinis*. A forma *suavitatis* presente nos itens IX e X em *LL* constitui aparentemente uma inovação da tradição desse testemunho, pois, como se sabe, os títulos dos capítulos do *Livro de Isaac* passaram por frequentes reformulações (Cambráia 2009: 41 e 96): essas duas ocorrências referem-se a um mesmo título que aparece primeiramente na *tavoada* (item IX) e depois no corpo do texto (item X). Em síntese, deixando de lado esta última inovação provavelmente do copista de *LL*, tem-se que a forma original da tradução latina do *Livro de Isaac* seria de fato apenas o item lexical *dulcedo*.

Considerando agora os itens lexicais do texto catalão e do espanhol, notam-se homogeneidade e identidade: para cada um desses textos há apenas um item lexical (*dulçor* com sua variante gráfica/fônica *dulsor* no catalão; e *dulçor* no espanhol) que tem mesmo padrão de

formação (adjetivo + sufixo *-or*). A forte univocidade na correspondência entre item lexical latino genuíno (*dulcedo*) e o catalão pode ser explicada por duas hipóteses: (i) a ausência no catalão medieval de variante derivacional para *dulçor*, optando o tradutor por eleger sempre a já existente em vez de formar algum novo sinônimo; ou (ii) um desejo estético de manter uma correlação unívoca entre uma mesma forma latina e sua correspondente em catalão. No caso do espanhol, aceitando a proposta de que a tradução para essa língua aqui analisada derive da catalã, a explicação para a homogeneidade seria relativamente simples: fidelidade ao modelo (que já apresentava a tal homogeneidade). É interessante notar que, como já se assinalou acima, o espanhol medieval apresentava diferentes variantes derivacionais para o substantivo em questão (*dulceza*, *dulzor*, *dulcedumbre* e *dulzura*), mas ainda assim o tradutor espanhol restringiu-se a apenas uma delas e justamente a mais fiel à forma única do modelo catalão<sup>22</sup>.

É, porém, nos testemunhos portugueses que a questão das variantes derivacionais se apresenta bastante complexa. Primeiramente, à homogeneidade latina (*dulcedo*), catalã (*dulçor*) e espanhola (*dulçor*) se opõe a heterogeneidade portuguesa (*dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* em *PR*; *dulçor* e *dulcidom* em *PL*<sup>23</sup>). Partindo do pressuposto de que o tradutor português terá visto no seu modelo espanhol apenas a forma *dulçor*, pode-se considerar que as ocorrências dessa forma nos testemunhos do texto português expressariam igualmente fidelidade ao modelo. Nesse caso, os próprios padrões de correspondência servem para confirmar o estema apresentado (cf. figura 1 acima), em que *PR* e *PL* pertencem a ramos diferentes apesar de remontarem a uma mesma tradução: *PR* não terá sido modelo para *PL* porque este apresenta *dulçor* (variante genuína, fiel ao modelo espanhol) nos itens XXII e XXV mas aquele apresenta, respectivamente, *dulcidõe* e *dulçura* (variantes inovadoras na tradição); *PL* não terá sido modelo para *PR* porque este apresenta *dulçor* (variante genuína) nos itens XVII e XXI mas aquele apresenta apenas *dulcidom* (variante inovadora na tradição); *PR* e *PL* remontam a uma mesma tradução já que apresentam *dulcidom* (a variante forma inovadora) em II, VIII, X, XII, XV, XXIII e XXIV. A questão fundamental, porém, é por que o tradutor e os copistas portugueses não se mantiveram totalmente fiéis ao modelo espanhol (com sua homogeneidade lexical), tal como o fizeram os tradutores catalão (em relação ao texto latino) e espanhol (em relação ao texto catalão)?

Uma primeira hipótese é a de que o tradutor e os copistas do texto português teriam se empenhado em reservar uma variante para cada matiz semântico (como aparecem quatro variantes, haveria, no mínimo, quatro matizes). Essa hipótese é, porém, difícil de sustentar. Primeiramente, há uma ocorrência que sugere fortemente tratar-se de formas sinônimas: no dado do item XVI relativo a *PL*, as variantes *dulçor* e *dulcidom* ocorrem coordenadas, constituindo mais um dos frequentes pares sinônimos encontráveis em textos medievais<sup>24</sup> —cf. *nem te nembrará comer nem beber por o grande dulçor e dulcidom das maravilhas que achas ou acharás (PL)*. Além disso, o fato de haver certas discrepâncias na correspondência entre os testemunhos portugueses para um mesmo ponto do texto evidencia não haver clareza sobre qual variante estaria representado qual matiz semântico (cf., p. ex., *dulçor* em *PR* mas *dulcidom* em *PL* no item XXI; e *dulcidõe* em *PR* mas *dulçor* em *PL* no item XXII).

<sup>22</sup> Convém registrar que, na tradução espanhola do *Livro de Isaac* de 1484 (= *EM*), tradução independente da de 1497 (= *ES*) e com texto-modelo provavelmente latino, também predomina a forma *dulçor* (19 ocorrências), embora apareça também *dulçura* (3 ocorrências).

<sup>23</sup> No item XXVII aparece *delecto* em *PL*, caso em que terá havido a inovação de substituir uma variante genuína (provavelmente *dulçor*) por essa variante aparentemente sinônima.

<sup>24</sup> Cambraia (2008a), analisando o par sinônimo *maneira* e *modo* na já mencionada tradição portuguesa do *Livro de Isaac*, verificou que no testemunho *PL* há uma tendência de tornar mais frequente a presença do item *modo* ao lado do item *maneira*, provavelmente para aproximar o texto português de sua forma latina (no texto latino ocorria na maioria das vezes o item lexical *modus* nos trechos respectivos).

Uma segunda hipótese é a de que o tradutor e os copistas só teriam colocado forma diferente da do seu modelo espanhol nos casos em que tivessem recorrido a um segundo modelo (um texto latino) para preencher lacunas ou retificar distorções. Essa hipótese parece verdadeira, apesar de não explicar todas as ocorrências. Justamente nos casos em que o texto espanhol apresenta lacunas (cf. itens IX a XV) seja por falha deste seja por inovação na tradução portuguesa, a variante presente nos testemunhos portugueses é sempre *dulcidom*: isso indica que, na ausência da pressão do modelo espanhol, a escolha recaía sobre a variante mais próxima da latina (*dulcidom* naturalmente está mais próxima de *dulcedo* do que está *dulçor*). Entretanto, nem todas as ocorrências de *dulcidom* podem ser atribuídas simplesmente a essa circunstância, pois em vários outros casos a forma espanhola está presente no respectivo testemunho, mas ainda assim o texto português apresenta *dulcidom* —cf. itens II, VIII, XXIII e XXIV para *PR* e *PL*; item XXII para *PR*; e itens XVI a XXI e XXVI para *PL*. Uma maneira de tentar ampliar o escopo desta terceira hipótese seria postular que o tradutor e os copistas só teriam colocado variante diferente da do modelo espanhol nos casos em que tivessem recorrido a um segundo modelo (o texto latino), independente de o primeiro modelo ser ou não discrepante ou lacunoso em relação ao texto latino. Dizendo de forma mais simples, todas as vezes em que o tradutor e os copistas consultaram um texto latino de contaminação, adotaram a variante *dulcidom*, fosse quando o modelo em espanhol ou em português apresentasse lacuna ou distorção, fosse quando o modelo em espanhol ou em português apresentasse a forma *dulçor*. Nesta hipótese mais geral, a presença de *dulcidom* seria basicamente marca de contaminação por consulta a texto latino —a razão de não terem substituído todas as ocorrências de *dulçor* do modelo estaria no fato de a consulta ao texto latino não ter sido feita absolutamente ao longo de toda a tradução ou de toda a cópia. A idéia de que o tradutor e os copistas não tenham comparado, de cabo a rabo, o registro que estavam produzindo com um texto latino não é difícil de aceitar, uma vez que há vários equívocos<sup>25</sup> na tradução espanhola que aparecem igualmente na tradução portuguesa, ou seja, houve sim atuação para corrigir a tradução/cópia que realizavam mas a correção não foi rigorosamente aplicada em toda a extensão do texto.

Como se propôs acima, a presença das variantes *dulçor* e *dulcidom* na tradução portuguesa do *Livro de Isaac* decorreria em ambos os casos de fidelidade à forma presente no modelo: *dulçor*, nos casos em que o modelo foi apenas a tradução espanhola; e *dulcidom*, nos casos em que o modelo foi, na verdade, um testemunho latino de contaminação. Essa explicação dá conta da maioria absoluta dos dados apurados: tanto de todos os 14 casos em que ocorre *dulçor* em algum ou em ambos os testemunhos portugueses quanto de 15 dos 18 casos em que ocorre *dulcidom* em algum ou em ambos os testemunhos portugueses. Entretanto, a explicação de fidelidade ao modelo não parece dar conta de 4 itens em que *dulcidom* está presente (itens II, VIII, IX e X) em *PR* e *PL* nem tampouco da presença de *dulçura* (itens XXV e XXVI) e de *dulceça* (item XXVII), ambas em *PR*.

Nos itens II e VIII tem-se a presença da forma *dulcidom* nos testemunhos portugueses sem que haja forma correspondente nos testemunhos latinos. Nestes dois casos parece necessário admitir que muito eventualmente o tradutor português (e não os copistas, já que a forma aparece em ambos os testemunhos em português) terá adotado a forma *dulcidom* sem pressão de forma presente no modelo latino, mas o terá feito provavelmente pelo hábito de fazê-lo ao longo do texto: veja-se que os dados dos itens II e VIII correspondem, na ordem de ocorrência, bem ao final do texto, pois são, respectivamente, a 22ª e a 25ª ocorrência dos substantivos derivados analisados.

Os itens IX e X constituem basicamente um mesmo caso, pois trata-se de duas ocorrências de um mesmo título de capítulo (a primeira, na tavoada; e a segunda, no corpo do texto). O

<sup>25</sup> Cf. por exemplo, a já comentada adulteração *ânsar* (*ES*) e *ânsara* (*PR*), que só foi corrigida em *PL*, sugerindo assim que o autor da forma original da tradução portuguesa não a terá confrontado com o texto latino nesse ponto.

problema em relação a esses itens está no fato de a forma latina presente —*suavitatis*— não ter relação formal com a portuguesa correspondente no texto —*dulcidom*. Se o tradutor e os copistas tendiam a adotar *dulcidom* nos casos em que consultaram o texto latino (com o item lexical *dulcedo*), por que não adotaram uma forma como *suavidade* (atestada desde o séc. XV no português) para esse caso em que viram *suavitatis* no seu modelo (como esse dado ocorre no conjunto de inovações da tradução portuguesa, muito provavelmente terá havido consulta ao testemunho de contaminação neste ponto)? Uma explicação possível seria a de que não foi exatamente o testemunho *LL* que serviu de modelo para contaminação da tradição portuguesa, mas sim um outro testemunho latino muito próximo a ele, testemunho este no qual haveria nos pontos do texto dos itens IX e X a forma *dulcedinis*. É interessante observar, a propósito, que, segundo apurou Heinimann (1962:229), justamente na literatura religiosa era comum a descrição de atributos de Deus por expressões como *dulcedo* ou *suavitas Dei* (que Santo Agostinho opunha a *dulcedo saeculi*): essa intercambiabilidade poderia propiciar/facilitar a inovação de substituir *dulcedinis* por *suavitatis* por parte do copista de *LL* (como já se comentou anteriormente) — corroborando, assim, a hipótese de que o modelo que serviu de testemunho de contaminação para o tradutor ou o copista do texto português não era *LL* e possuía de fato no ponto em questão a forma *dulcedinis*— ou ainda poderia explicar por que o tradutor para o português teria traduzido *suavitatis* como *dulcidom*: porque mesmo em português eram termos alternativos em certos contextos, como na linguagem religiosa.

Nos itens XXV a XXVII, o problema está na presença de formas em *PR* —*dulçura* e *dulceça*— que não constituem obediência à forma da tradução espanhola —*dulçor*— nem à do texto latino de contaminação —*dulcedinem*. É interessante notar que as duas ocorrências de *dulçura* em *PR* aparecem no mesmo capítulo (o quarto), são as duas primeiras relativas às variantes em estudo a aparecer no corpo do texto<sup>26</sup> e uma vem logo depois da outra na ordem de ocorrência no texto. Curiosamente, a terceira ocorrência relativa às variantes em estudo no texto em questão é a de *dulceça* e aparece igualmente no referido quarto capítulo<sup>27</sup>. O fato de *dulçura* e *dulceça* aparecerem apenas em *PR* sugere tratar-se de uma inovação deste copista e não do tradutor para o português (cf., p. ex., a presença de *dulçor*, que seria a variante genuína, em *PL* frente a *dulceça* em *PR* no item XXV). Por isso, a questão passa a ser por que especificamente o copista de *PR* teria adotado as variantes *dulçura* e *dulceça* em detrimento de *dulçor*, forma esta que provavelmente constaria de seu modelo. A explicação para o emprego dessas duas formas peculiares parece estar no relevante fato de serem as três primeiras ocorrências do conjunto de variantes em estudo no texto: pode-se imaginar que o copista, ao começar seu trabalho, teria procurado uma forma que pudesse substituir a que provavelmente constaria de seu modelo (*dulçor*) nesses três pontos, o que o teria levado a tentar primeiramente *dulçura* e, não tendo ficado satisfeito, teria tentado *dulceça*, mas, novamente não tendo ficado satisfeito, teria, por fim, adotado simplesmente as duas variantes que já estariam no seu modelo em língua portuguesa (\**P*): *dulçor* e *dulcidom*. Mas por que justamente o copista de *PR* teria se preocupado com a adoção de formas distintas de *dulçor* e *dulcidom*? Como proposto por Cambraia (2009), o copista de *PR* não seria necessariamente falante de língua portuguesa, uma vez que há nesse testemunho marcas lingüísticas estranhas ao português, sendo a mais evidente o uso freqüente da terminação *-ones* em lugar de *-ões* (razão pela qual se pode pensar que esse copista tivesse o espanhol como língua materna). Em função disso, talvez o copista de *PR* tenha querido adotar formas que lhe parecessem mais distantes da corrente em sua língua

<sup>26</sup> As duas ocorrências de *dulcidom* que precedem às de *dulçura* em *PR* aparecem na tavoada, que terá sido elaborada depois de pronto o texto do códice, pois a tavoada apresenta falhas ausentes dos títulos no corpo do texto (sinal de que aquela não deu origem a estes, mas sim o contrário) e, além disso, ela forma uma unidade codicológica própria (um singular), por oposição às do corpo do texto (quínios), mostrando mais uma vez a tavoada ter sido elaborada depois de pronto o texto.

<sup>27</sup> Como na tradução espanhola de 1484 (= *EM*) há 3 ocorrências da forma *dulçura* (frente a 19 de *dulçor*), poder-se-ia aventar a hipótese de contaminação por consulta a essa segunda tradução espanhola, mas essas três ocorrências de *EM* aparecem em pontos distintos dos em que *dulçura* aparece em *PR* (ocorrem em *EM* nos pontos relativos aos itens XVII, XX e XXIII do quadro 1 acima), eliminando assim a hipótese de contaminação.

(*dulçor*), a fim de assegurar que se evidenciasse que o texto copiado estava efetivamente em outra língua (no caso, em português). Para tentar dar mais força a essa proposta de explicação, convém consultar como seria a distribuição dos substantivos derivados de *dulce* em espanhol ao longo de sua história. Consultando a base *Corpus del Español* (CE) de Davies (2002), é possível perceber a seguinte distribuição em termos de frequência de substantivos derivados de *dulce* ao longo dos séculos:

Forma/Século	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
<i>dulceza</i>	0	0	4	1	0	0	0	0	5
<i>dulçor/dulzor</i>	24	9	205	59	4	3	11	1	316
<i>dulçura/dulzura</i>	1	9	128	360	231	332	569	130	1760
<i>dulcedumbre</i>	10	1	12	34	2	0	9	1	69
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>19</b>	<b>349</b>	<b>454</b>	<b>237</b>	<b>335</b>	<b>589</b>	<b>132</b>	<b>2150</b>

**Tabela 2.** Número de ocorrências de substantivos derivados relacionados a *dulce* no espanhol no CE

Como se vê, no século XV, época de cópia do testemunho *PR*, a variante derivacional espanhola mais usual era *dulçor/dulzor*, ou seja, as variantes que o copista de *PR* adotou inicialmente —*dulçura* e *dulceza*— seriam menos frequentes naquele tempo do que *dulçor*<sup>28</sup>, embora não exatamente as duas menos frequentes (no caso, seriam *dulceza* e *dulcedumbre*). Em síntese, as tentativas do copista de *PR* em adotar as formas *dulceza* e *dulçura* decorreriam de um desejo de marcar claramente que a língua do texto que estava copiando (no caso, a língua portuguesa) era diferente da sua (no caso, a espanhola), por isso teria adotado formas que provavelmente eram de seu conhecimento (pois *dulceza* e *dulçura* já circulavam no espanhol) embora fossem menos frequentes do que *dulçor* em seu vernáculo.

Uma comparação<sup>29</sup> entre a tabela 1 (derivados no português) e a tabela 2 (derivados no espanhol) permite ver ainda como *dulçor* na tradução portuguesa do *Livro de Isaac* apresenta uma frequência incomum: nos dados da tabela 1, vê-se que, nos sécs. XIV-XV (época de tradução do *Livro de Isaac* para o português e de cópia de seus testemunhos supérstites), a variante mais frequente no português de forma geral era *dulçura*, entretanto a variante mais frequente no texto português do *Livro de Isaac* é *dulçor* (há 14 ocs. nos 27 itens analisados, tomando com referência o arquétipo, ou seja, casos em que apenas *PR*, apenas *PL* ou *PL* e *PR* possuem *dulçor*), justamente a variante que era mais frequente no espanhol na mesma época (no séc. XIV, há, porém, um empate entre *dulzor* e *dulzura* no espanhol). Em síntese, não apenas a presença de *dulçor* sugere interferência do modelo espanhol no português como também sua acentuada frequência na tradução portuguesa.

Como argumentado acima, a presença de *dulçor*, *dulceza* e *dulçura* na tradução portuguesa do *Livro de Isaac* decorre de interferências vinculadas a formas do espanhol (no caso da primeira, por fidelidade ao modelo espanhol da tradução portuguesa, e no caso das duas últimas, por marcação de diferença lingüística pelo copista de um dos testemunhos portugueses), mas a presença de *dulcidom* decorre de interferência vinculada a forma latina (por fidelidade ao(s) modelo(s) que serviu(serviram) de testemunho de contaminação). É interessante verificar, entretanto, que os dados apurados sugerem que os padrões verificados não apenas parecem explicar as motivações da presença das variantes em questão na tradução do *Livro de Isaac* como fornecem informações

<sup>28</sup> Veja-se, a propósito, que a reserva de Malkiel (1975: 43) à proposta de Nascentes (1932: 254) sobre o origem castelhana da forma *dulçor* no português deixa de ter sentido com base nos dados da tabela 2, pois a alegada preferência do espanhol pela forma *dulzura* só se constitui no séc. XVI, dois séculos depois das primeiras atestações de *dulçor* no português.

<sup>29</sup> Esta comparação deve ser interpretada com valor relativo, já que há uma discrepância de dimensão entre o *corpus* do português (45 milhões de palavras, sécs. XIV a XX) e o do espanhol (100 milhões de palavras, sécs. XV a XX) nas bases consultadas.

para uma reconstrução mais embasada de sua história. Antes de apresentar uma proposta de história para essas formas, convém sistematizar um dado importante para a discussão: as variantes formais dos substantivos derivados analisados atestadas nas fontes consultadas.

Item lexical	<i>Dulceça</i>	<i>Dulçor</i>	<i>Dulcidom</i>	<i>Dulçura</i>
<b>Variantes</b>	<i>dulceça</i>	<i>dulçor,</i> <i>dolçor,</i> <i>duçor</i>	<i>dulcidõe, dulcideoe, dulçidoem, dulçidõe, dulçidõ, dulci-</i> <i>dom, dulçidom, dulçidon, dulcidã, dulcidam, dolcideoe,</i> <i>dulcidão, docidõe, docidão</i>	<i>dulçura,</i> <i>dolçura,</i> <i>duçura,</i> <i>doçura</i>

**Quadro 2.** Variantes formais dos substantivos derivados no português atestadas

O item lexical *dulceça*, atestado no português apenas na segunda metade do séc. XV, é um empréstimo do espanhol que foi transmitido na língua portuguesa por via erudita. Sua condição de empréstimo do espanhol é justificada pelos seguintes fatos: (a) possui em sua base a seqüência *-ul-*, compatível com a forma do adjetivo *dulce* em espanhol; (b) apresenta forma cognata no espanhol (*dulceza*) entre os sécs. XV e XVI; e (c) ocorre justamente em testemunho da tradução portuguesa do *Livro de Isaac (PR)* que teria sido lavrado por copista cuja língua materna seria o espanhol. Sua transmissão por via erudita se apreende pelo fato de ter tido circulação limitada do ponto de vista de textos em que ocorre (presença identificada em apenas um texto até o momento), de variantes formais (apenas a forma em questão) e de faixa de tempo (séc. XV). Apesar de a forma espanhola (*dulceza*) derivar provavelmente de uma italiana (*dolcezza*), a presença da seqüência *-ul-* na portuguesa sugere que esta deriva da espanhola e não da italiana.

O item lexical *dulçor* (e suas variantes formais), atestado no português do séc. XIV a XVI, também é um empréstimo do espanhol que foi transmitido na língua portuguesa por via erudita. Sua condição de empréstimo do espanhol é justificada pelos seguintes fatos: (a) possui em sua base a seqüência *-ul-*, compatível com a forma do adjetivo *dulce* em espanhol; (b) apresenta forma cognata no espanhol (*dulçor/dulzor*) entre os sécs. XIII e XX; (c) ocorre na tradução portuguesa do *Livro de Isaac* que teria sido realizada tendo como modelo uma tradução espanhola (em que ocorre de forma categórica apenas o cognato espanhol *dulçor*); e (d) apresenta uma freqüência acentuada na tradução portuguesa do *Livro de Isaac*, sendo esta freqüência incomum em relação à sua modesta distribuição de forma geral no português dos sécs. XIV e XV (no CP). Sua transmissão por via erudita se verifica pelo fato de ter tido circulação limitada do ponto de vista de textos em que ocorre (presença identificada em apenas sete textos até o momento), de variantes formais (apenas três) e de faixa de tempo (sécs. XIV a XVI). É importante salientar que uma das variantes formais — mais especificamente, *duçor* — parece ser um empréstimo do francês ou um afrancesamento do empréstimo do espanhol, já que ocorre apenas em um texto medieval português que é tradução de original em francês (a já mencionada obra *Vidas e Feitos de Júlio César*).

O item lexical *dulçura* (e suas variantes formais), atestado no português do séc. XIV a XX, também é um empréstimo do espanhol mas foi transmitido na língua portuguesa por via erudita e popular. Sua condição de empréstimo do espanhol é justificada pelos seguintes fatos: (a) possui em sua base a seqüência *-ul-*, compatível com a forma do adjetivo *dulce* em espanhol; (b) apresenta forma cognata no espanhol (*dulzura*) dos sécs. XIII a XX; e (c) ocorre justamente em testemunho da tradução portuguesa do *Livro de Isaac (PR)* que teria sido lavrado por copista cuja língua materna seria o espanhol. No que diz respeito às vias de transmissão, deve-se considerar primeiramente que teve transmissão por via erudita, já que nas épocas mais pretéritas em que foi registrada apresentava mais freqüentemente a seqüência *-ul-* (cf. as variantes registradas por texto da base de dados de Ferreira / Davies (2006) até meados do séc. XV já listadas anteriormente). Entretanto, sua hegemonia frente às concorrentes ao longo de todo o período da história da língua portuguesa considerado na tabela 1 (sobretudo com exclusividade da variante formal *doçura* a partir do séc. XVII) bem como a existência de variantes com diferentes tipos

de vernacularização (substituição de *-u-* por *-o-* [*doçura*], supressão de *-l-* [*duçura*] ou ambos os fenômenos [*doçura*]) indicam claramente também ter havido uma via de transmissão popular. Em função da grande penetração desse item lexical na língua portuguesa, não seria impossível que a variante formal da via popular tenha se constituído como uma formação vernacular paralela e independente do empréstimo do espanhol que adentrou a língua por via erudita — hipótese que parece estar por trás da proposta de Houaiss (2001) por considerar que *doçura* é forma composta pelo adjetivo *doce* e pelo sufixo *-ura*. Entretanto, os dados apurados disponíveis até o momento sugerem uma vernacularização de empréstimo, já que, como dito, no período mais antigo em que se registraram as variantes em questão predominavam as variantes com *-ul-*.

O item lexical *dulcidom* (e suas variantes formais), atestado no português do séc. XIV a XVI, é uma continuação do derivado latino *DULCĪTŪDĪNE*, transmitido na língua portuguesa por via erudita e popular. Sua condição de continuação histórica de um derivado latino é justificada basicamente pelo fato de ter existido no latim um derivado (*DULCĪTŪDĪNE*) compatível com a variante do português em questão. Apenas para constar, deve-se reiterar que não seria sustentável uma hipótese de que também essa forma fosse empréstimo do espanhol, já que o cognato espanhol (*dulcedumbre*) apresenta uma distância formal notória em relação ao cognato português. Ademais, o cognato espanhol não aparece nenhuma vez no modelo espanhol da tradução portuguesa do *Livro de Isaac* e, nesta, a variante portuguesa em questão aparece especialmente quando há contaminação com testemunho latino. No que se refere às vias de transmissão, a existência, em especial, das variantes formais *dulcidõe* e *docidõoe* sugere terem existido duas vias de transmissão (uma erudita e uma popular), pois a primeira variante apresenta a seqüência *-ul-* na base (compatível com a forma latina *DULCE-*) enquanto a segunda apresenta simplesmente um *-o-* (compatível com o adjetivo vernacular *doce*); ademais, como ambas apresentam um *-e-* etimológico no sufixo e foram atestadas como tal já no séc. XIV, tem-se evidência de sua antiguidade na língua. Há, porém, alguns dados que desafiam essa proposta de duas vias de transmissão. Primeiramente, surpreende que uma variante que tenha sido transmitida por duas vias tenha tido uma circulação tão limitada em termos de faixa de tempo (restringe-se basicamente aos sécs. XIV a XVI): é possível que sua história tenha sido interrompida pela concorrência com *dulçura* (igualmente transmitida por duas vias). Em segundo lugar, o sufixo das variantes formais que representam as duas vias (*dulcidõe*, erudita; e *docidõoe*, popular) parece ter uma origem mista, mais especificamente semi-erudita. Schaffer (1981:37-62), depois de analisar diversas propostas sobre a história do português *-idão*, o espanhol *-(ed)umbre* e seus cognatos românicos, defendeu que o sufixo *-idão* no português é fruto de um desenvolvimento vernacular (responsável pela formação do segmento final *-dão*) associado a uma influência erudita (responsável pela permanência do *-i-* no início do sufixo). No que diz respeito ao segmento final, Schaffer (1981:59-60) sugere o trajeto *-TŪDĪNE > -tudē > -duē / -dūe*, ao qual se agregaria ao final um fenômeno de rebaixamento do *-u-* motivado pela falta de suporte estrutural e representação suficientemente pesada no léxico da seqüência *-ūe*, havendo assim uma fusão entre *-ūe* e *-ōe* (< *-ONE*) em favor do segundo em função de sua maior adequação fonética e de uma representação superior testemunhada pela sua freqüência em formas de plural (*-z / -ções* < *-TIONES*). Quanto ao segmento inicial do sufixo *-idão*, Schaffer (1981:60) propõe que sua permanência como *-i-* (em lugar de sofrer queda por estar em posição pretônica ou ainda de passar a *-e-* como acontecia regularmente com *-i-*) decorre das sistemáticas infiltrações de derivados latinos em *-ITUDĪNE* no período medieval, muitos deles vinculados à religião e, por isso, propensos a manter seu aspecto erudito ou semi-erudito, circunstância reforçada ainda pelo fato de que uma síncope dessa vogal geraria encontros consonantais incomuns. Assim, em função desse sufixo, não seria lícito dizer que uma variante como *dulcidõe* é integralmente erudita, uma vez que apresenta o final *-dõe*, que é desenvolvimento popular do latim *-TUDĪNE*, mas também não é lícito dizer que uma variante como *docidõoe* é integralmente popular, pois possui um *-i-* onde seria de se esperar uma síncope ou um *-e-* a partir de um *-i-* latino. Uma hipótese alternativa seria propor que a for-

ma latina *DULCĪTUDĪNE* teve sua continuação histórica interrompida em um dado momento, tendo sido introduzida na língua portuguesa durante a Idade Média, quando foi adaptada formalmente para encaixar-se nos padrões morfofonológicos vigentes: neste caso, poderia ter sido inicialmente cunhada já como *dulcidõe* e paulatinamente teria passado por diferentes processos de menor ou maior vernaculização (por substituição de *-u-* por *-o-* [*dolcidoõe*], substituição de *-u-* por *-o-* e supressão de *-l-* [*docidõe*] ou adoção de final nasal analógico [*dulcidão*]). A restrição à via de transmissão apenas erudita poderia explicar a circulação tão limitada em termos de faixa de tempo e o predomínio das variantes formais com *-ul-* desse item lexical entre o séc. XIV e primeira metade do séc. XV, mas é incompatível com o fato de as diferentes variantes formais (erudita e popular) terem sido atestadas ambas desde o primeiro momento de seu registro no séc. XIV. Um aspecto que não pode ser negligenciado é certamente a natureza dos textos em que essa variante derivacional foi atestada: dos onze textos da base de Ferreira / Davies (2006) em que foi registrada, nove são de tema religioso (as exceções são a *Crônica de D. Fernando* e o *Livro dos Ofícios*), assim como é o caso da tradução portuguesa do *Livro de Isaac*. Como já se disse antes, o adjetivo latino *DULCIS* e seus derivados eram especialmente comuns no campo conceitual da religião (Heinimann 1962:229) e o sufixo *-idão* no português foi freqüentemente adotado para substantivos abstratos vinculados à religião (Schaffer 1981:60), por isso não seria improvável que, enquanto uma forma popular lutava para ter continuidade na língua, uma forma paralela erudita circulasse em textos escritos e em estratos sociais cultos, convivência que teria sido interrompida pela entrada de *dulçura* por via erudita (p. ex., nos textos escritos) e por via popular (na fala coloquial).

Antes de terminar, não se poderia deixar de mencionar uma questão também interessante que se pôde verificar em relação aos substantivos derivados em questão (*dulceça*, *dulçor*, *dulcidom* e *dulçura*): seriam efetivamente sinônimos e prova-o o fato de os copistas intercambiarem uma forma pela outra em suas cópias, chegando mesmo um deles a colocar duas delas coordenadas, formando um par sinônimo. Essa abundância de sinônimos atinge também vários outros campos lexicais nos testemunhos da própria tradução portuguesa do *Livro de Isaac*: confirmam-se, por exemplo, dados extraídos dessa tradução como *conhecimento* × *conhocença*, *amigança* × *amizade*, *aparelho* × *aparelhamento*, *apartado* × *apartamento*, *encegamento* × *cegamento*, *confusom* × *confondimento*, *conversaçom* × *convertimento*, *folgança* × *folgura*, *desperança* × *desperaçom*, *plazer* × *prazimento*, *defensom* × *defendimento*, *deleito* × *delitamento*, dentre outros. A vitalidade na geração de sinônimos, sobretudo por variação derivacional, não é, porém, privativa da obra em questão: aparece em diversos textos da fase medieval do português. Um caso interessante é o do vocabulário de D. Duarte de Bechara (1995:30), comentando afirmações de Lapa (1966:330) sobre o vocabulário de D. Duarte e sua concepção tradutória, defende que o monarca permutava sufixos com “a deliberada intenção de atender a um procedimento sinonímico” e apresenta uma tipologia de quatro grupos de sinônimos intercambiáveis: “1) onde um lexema de tema verbal alterna com um derivado sufixal: *ajuda/ajudoiro*; 2) onde um tema nominal alterna com derivado sufixal: *ordem/ordenança*; 3) onde um derivado sufixal alterna com outro derivado sufixal: *lembramento/lembrança*; 4) onde um infinitivo substantivado alterna com um derivado sufixal: *prazer/prazimento*”. O caso das variantes *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* encaixa-se seguramente no terceiro grupo, em que alternam derivados sufixais. É possível ver que, embora o português medieval tenha sido especialmente acolhedor em relação a variantes derivacionais sinônimas, em épocas posteriores essa acolhida parece ter se tornado mais modesta, mudança fatal para *dulceça*, *dulçor* e *dulcidom* frente a *dulçura* e suas sucessivas variantes formais.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise dos substantivos derivados *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* nos testemunhos da tradução medieval portuguesa do *Livro de Isaac* sugere que as motivações para sua presença nessa tradução sejam a fidelidade ao modelo no processo tradutório (ao modelo espanhol no caso de *dulçor* e ao latino no caso de *dulcidom*) e o desejo de marcar diferença lingüística por

parte de copista (no caso de *dulceça* e *dulçura*). Do ponto de vista histórico, os dados analisados relativos a *dulceça*, *dulçor*, *dulçura* e *dulcidom* sugerem também que os três primeiros sejam empréstimos do espanhol e o último seja uma continuação histórica de um derivado latino; ademais, os dois primeiros terão sido transmitidos apenas por via erudita enquanto os dois últimos terão sido transmitidos por via erudita e popular.

Naturalmente a análise de qualquer forma que seja em apenas um dos diversos textos em português antigo não é suficiente para dar por encerrado o estabelecimento de uma etimologia. Entretanto, o que se espera ter demonstrado aqui é, primeiramente, que a história do léxico de uma língua é mais produtivamente investigada a partir da análise da ocorrência das palavras nos próprios textos, vistos no contexto de sua tradição/transmissão e considerando a natureza desses textos. Em segundo lugar, parece ter ficado evidente, em função da análise contextualizada na tradição, que as motivações para o aparecimento de variantes derivacionais não podem ser percebidas por análises puramente estruturais, que encerram seus limites na organização interna da língua: interferências como a fidelidade a formas presentes em textos de outras línguas que serviram de modelo para traduções só podem ser percebidas por uma análise do texto em sua tradição (ainda que não se possa descartar de todo a possibilidade de que a estrutura interna de uma língua possa efetivamente limitar os tipos de interferência).

A compreensão mais precisa das motivações que levavam ao aparecimento de variantes derivacionais na fase arcaica do português depende certamente de estudos mais minuciosos sobre a realidade desse fato em cada um dos textos em que ocorrem, considerando sua transmissão e sua natureza. Os dados apurados no presente estudo demonstram que uma descrição dos processos de formação de palavras em uma língua deve ser realizada em uma perspectiva mais ampla, em que se examinem as diversas circunstâncias que estão por trás da emergência dos diferentes itens do léxico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATILF (2002): *Trésor de la langue française informatisé*. Paris: CNRS. (<http://atilf.atilf.fr/>) [11/09/2009].
- Basílio, Margarida (1980): *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- Bechara, Evanildo (1995): "Um processo sinonímico em D. Duarte", em Lênia Márcia Mongelli (ed.), *Atas do I Encontro Internacional de Estudos Medievais*. São Paulo: Humanitas, 26-35.
- Cambráia, César Nardelli (2000): *Livro de Isaac: edição e glossário (cód. alc. 461)*. São Paulo: FFICH-USP. Tese, Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa.
- Cambráia, César Nardelli (2002): "A difusão da obra de Isaac de Nínive em línguas ibero-românicas: breve notícia das tradições portuguesa, espanhola e catalã", em Graciela Ravetti / Márcia Arbex (eds.), *Performance, exílio, fronteiras, errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 293-315.
- Cambráia, César Nardelli (2005): *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cambráia, César Nardelli (2007a): *Tradição em língua espanhola do Livro de Isaac*. (Comunicação no II Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas: Edição de Textos, Universidade de Lisboa, 16 a 20 de abril de 2007).
- Cambráia, César Nardelli (2007b): "Tradição em língua portuguesa do Livro de Isaac", *Caligrama* 12, 171-203.
- Cambráia, César Nardelli (2008a): "Variantes textuais nas versões portuguesas medievais do Livro de Isaac: o caso dos pares sinônimos", em Gláucia. M. P. Lara et al. (eds.), *Linguística, tradução, discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 26-38.
- Cambráia, César Nardelli (2008b): *Elementos para a reconstrução da tradição latina do Livro de Isaac*. (Comunicação no II Congresso Internacional de Estudios Clásicos en México, Univer-

- sidade Nacional Autónoma de México, 8 a 12 de setembro de 2008).
- Cambraia, César Nardelli (2009): *Tradição latino-românica do Livro de Isaac: edição crítica da tradução medieval portuguesa*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos de Crítica Textual da Faculdade de Letras da UFMG.
- Corominas, Joan / José A. Pascual (1980-1991): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. 6 vols. Madrid: Gredos.
- Cunha, Celso / Luís Filipe Lindley Cintra (1985): *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed., 5ª reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cunha, Antônio Geraldo da (2000): *Vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa (Cd-rom).
- Davies, Mark (2002): *Corpus del español (100 millones de palabras, siglo XIII - siglo XX)*. (<http://www.corpusdelespanol.org>) [11/09/2009].
- Ferreira, Manuel / Mark Davies (2006): *Corpus do português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX)*. (<http://www.corpusdoportugues.org>) [11/09/2009].
- Glare, P. G. W. (ed.) (1968): *Oxford latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press.
- González Seoane, Ernesto / María Álvarez de la Granja / Ana Isabel Boullón Agrelo (2006-2009): *Dicionario de dicionarios do galego medieval: corpus lexicográfico medieval da lingua galega*. Santiago de Compostela: USC. (<http://sli.uvigo.es/DDGM/index.html>) [11/09/2009].
- Heinimann, Siegfried (1962): "Dulcis: ein Beitrag zur lateinisch-romanischen Stilgeschichte des Mittelalters", en *Studia philologica: homenagem oferecida a Dámaso Alonso por sus amigos y discípulos con ocasión de su 60 aniversario*. Madrid: Gredos, vol. 2, 215-232.
- Houaiss, Antônio (2001): *Dicionário houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva (Cd-rom).
- Keller, Adolf (1890): *Altspanisches Lesebuch mit Grammatik und Glossar*. Leipzig: F.A. Brockhaus (<http://ia341240.us.archive.org/2/items/altspanischesle00kellgoog/altspanischesle00kellgoog.pdf>) [11/09/2009].
- Lapa, Manuel Rodrigues (1966<sup>6</sup>): *Lições de literatura portuguesa: época medieval*. Coimbra: Coimbra.
- Lapa, Manuel Rodrigues (1970<sup>2</sup>): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Galaxia.
- Lorenzo, Ramón (1968): *Sobre cronología do vocabulario galego-português: anotações ao "Dicionário Etimológico" de José Pedro Machado*. Vigo: Galaxia.
- Lorenzo, Ramón (1977): *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla: edición crítica anotada, con introducción, índice onomástico y glosario*. Orense: Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», vol. II (Glosario).
- Machado, José Pedro (1977<sup>3</sup>): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, vol. 2. [1. ed., 1956-1959; 2. ed., 1967-1973].
- Malkiel, Yakov (1975): "En torno al cultismo medieval: los descendientes hispánicos de DULCIS", *Nueva Revista de Filología Hispánica* 24/1, 24-45.
- Mira Mateus, Maria Helena (1970): *Vidas e feitos de Júlio César*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Nascentes, Antenor (1932): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Rocha, Luiz Carlos de Assis (1998): *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Schaffer, Martha E. (1981): "Portuguese -idão, Spanish -(ed)umbre, and their romance cognates: a critical survey of a century of philological gropings", *Romance Philology* XXXV/1, 37-62.
- Sandmann, Antônio José (1991): *Competência lexical*. Curitiba: Ed. da UFPR.
- Varela Barreiro, Xavier (dir.) (2004-2009): *Tesouro medieval informatizado da língua galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. (<http://ilg.usc.es/tmilg>) [11/09/2009].